

# **Carta de apoio e compromisso pela ampliação do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) nos territórios indígenas do Rio Grande do Sul**

Nós, gestoras e gestores públicos, prefeitas e prefeitos, secretárias e secretários municipais, representantes do Grupo Técnico Estadual e das equipes municipais do Programa Primeira Infância Melhor, lideranças indígenas, representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena, da Área Técnica da Saúde Indígena da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e demais instituições presentes no **Encontro Estadual de Saúde Indígena e Primeira Infância**, reunidos neste dia 31 de março de 2026, em Passo Fundo, tornamos pública esta **Carta de compromisso pela ampliação do Programa Primeira Infância Melhor nos territórios indígenas do Rio Grande do Sul**.

Assumimos este compromisso movidos pela compreensão de que a primeira infância é um tempo decisivo para a vida, para a saúde, para a constituição dos vínculos, para a continuidade dos saberes e para a afirmação da dignidade de cada criança em seu território, em sua cultura e em sua comunidade.

Reconhecemos que o Primeira Infância Melhor (PIM), como política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, tem o dever de chegar onde historicamente o Estado nem sempre chegou de forma suficiente, contínua e respeitosa. Reconhecemos também que ampliar o PIM no atendimento à famílias e comunidades indígenas não é apenas uma medida administrativa ou uma possibilidade de expansão do programa: é uma escolha ética, política e civilizatória, comprometida com a equidade, com a justiça social, com o enfrentamento do racismo e com o respeito aos direitos dos povos indígenas.

Afirmamos que toda criança indígena tem direito de crescer com saúde, proteção, pertencimento cultural e acesso a políticas públicas construídas com escuta, respeito e responsabilidade compartilhada. Afirmamos, igualmente, que o cuidado na primeira infância indígena não pode ser dissociado do território, da ancestralidade, da língua, das formas próprias de organização comunitária e dos saberes tradicionais que sustentam a vida coletiva.

Por isso, declaramos que a ampliação do PIM nos territórios indígenas deve acontecer com diálogo verdadeiro, com pactuação entre entes públicos e comunidades, com valorização das lideranças indígenas, com articulação intersetorial e com compromisso efetivo de gestão.

Diante disso, firmamos os seguintes compromissos:

## **I. Compromissos das gestões municipais**

As gestões municipais aqui representadas comprometem-se a:

- 1.** Empenhar esforços políticos, técnicos e administrativos para ampliar o atendimento do PIM em comunidades indígenas, inclusive mediante solicitação de ampliação de meta, quando abertos os processos correspondentes, com destinação prioritária de vagas para famílias indígenas.
- 2.** Construir essa ampliação em diálogo com as lideranças indígenas e com as comunidades, respeitando seus tempos, suas formas de organização, seus processos de decisão e sua autonomia.
- 3.** Fortalecer a articulação entre saúde, assistência social, educação e demais políticas públicas, de modo a garantir uma atenção integral, intersetorial e territorializada à primeira infância indígena.
- 4.** Priorizar, sempre que possível, a contratação de visitantes e visitantes indígenas, reconhecendo o valor do pertencimento comunitário, da língua, da experiência territorial e dos saberes compartilhados no fortalecimento do vínculo com as famílias.

5. Promover formação permanente das equipes municipais, com ênfase em equidade, direitos dos povos indígenas, enfrentamento ao racismo, incluindo conteúdos sobre metodologias específicas de trabalho intercultural na primeira infância indígena.

6. Inserir no planejamento municipal do PIM ações concretas voltadas às comunidades indígenas, com definição de estratégias, acompanhamento e monitoramento contínuo.

## **II. Compromissos da gestão estadual do PIM e das instituições apoiadoras**

A gestão estadual do PIM, em articulação com instituições apoiadoras e parceiras, compromete-se a:

1. Oferecer apoio técnico aos municípios para os processos de ampliação, implantação e implementação do PIM nos territórios indígenas.

2. Fortalecer ações de formação, assessoramento e acompanhamento que contribuam para qualificar a atenção à primeira infância indígena em todo o estado.

3. Apoiar a articulação entre Estado e municípios, DSEI, equipes locais e lideranças indígenas, reconhecendo que o cuidado integral exige corresponsabilidade entre diferentes atores.

4. Acompanhar e monitorar a expansão do atendimento em comunidades indígenas, produzindo visibilidade, sustentação institucional e continuidade para essa agenda.

5. Reafirmar, no âmbito da gestão estadual, a prioridade do atendimento às comunidades indígenas, contribuindo para que essa pauta permaneça viva, fortalecida e presente nas estratégias de gestão, formação e planejamento do programa.

## **III. Compromisso coletivo e das lideranças**

Nós, signatárias e signatários desta carta, assumimos o compromisso de transformar esta manifestação em caminho concreto de trabalho, cooperação e incidência institucional.

Comprometemo-nos a sustentar uma agenda de ampliação do PIM que não reproduza práticas impositivas, homogêneas ou descoladas da realidade dos territórios, mas que se construa com a consulta e participação indígena com respeito, escuta, corresponsabilidade e reconhecimento da pluralidade das infâncias indígenas.

Comprometemo-nos, ainda, a defender que a presença do Estado nos territórios indígenas, no campo da primeira infância, seja marcada não pela tutela, mas pela parceria; não pela imposição, mas pelo diálogo; não pela invisibilização, mas pelo reconhecimento pleno das crianças indígenas, de suas famílias, de suas lideranças e de seus modos de viver.

Esta carta tem caráter simbólico, mas expressa um compromisso público real: o de avançar, com seriedade e responsabilidade, para que mais gestantes, crianças e famílias indígenas sejam acompanhadas pelo PIM, em ações que respeitem seus contextos, fortaleçam seus direitos e contribuam para uma infância vivida com dignidade, pertencimento e cuidado.

Que este encontro, realizado em Passo Fundo, seja reconhecido como um marco de convergência entre gestão pública, saúde indígena, lideranças comunitárias e políticas da primeira infância, e que dele resultem passos concretos para a ampliação do PIM nos territórios indígenas do Rio Grande do Sul.

**Por uma primeira infância indígena com direitos, cuidado, equidade e respeito aos territórios.**

**Passo Fundo/RS, 31 de março de 2026.**

